

## Considerações finais

Edméia Corrêa Netto

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

CORREA NETTO, E. *Profissão: assistente social* [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010. 280 p. ISBN 978-85-7983-083-9. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-Non Commercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

*Você terá uma vida boa e segura quando estar vivo significar mais para você do que a segurança, o amor mais do que o dinheiro, sua liberdade mais do que a opinião pública ou do partido; quando o sentimento presente na música de Beethoven ou de Bach passar a ser o sentimento da sua vida inteira [...]; quando se deixar guiar pelos pensamentos dos grandes sábios e não mais pelos crimes dos grandes guerreiros; quando você deixar de dar mais importância a uma certidão de casamento do que ao amor entre homem e mulher; quando aprender a reconhecer seus erros prontamente e não tarde demais, como faz hoje; quando você pagar aos homens e mulheres que ensinam seus filhos mais do que paga aos políticos.*

Wilhelm Reich

Realizamos uma retomada da trajetória histórica do Serviço Social de modo a melhor situar as características contemporâneas da profissão, a partir de uma análise centrada no mundo do trabalho.

A sociabilidade humana entendida a partir da centralidade do trabalho se expressa na organização das relações sociais e nas modificações que impõe na esfera do indivíduo enquanto ser social.

Procuramos explicitar por que compreendemos o Serviço Social como inserido na divisão sociotécnica do trabalho na sociedade do capitalismo maduro. Entendemos que a forma da sociedade capitalista contemporânea é a mais complexa que a humanidade já viveu, não podendo ser considerada trabalho somente a relação homem-natureza, mas todas as atividades em que se caracteriza a venda da força de trabalho descolada do controle do capital ou da propriedade dos meios para sua realização. A diminuição do número de trabalhadores na indústria ocorre simultaneamente ao aumento no comércio e na prestação de serviços, acompanhado de novas formas de propriedade que dão fundamento e sustentação ao atual modo de produção, que não foi superado.

A concentração da renda e dos meios de produção na atualidade e a complexidade do desenvolvimento econômico é tanta que a grande massa populacional se encontra desprovida dos meios de produção, nada mais possuindo além da venda da sua força de trabalho para manter a sua sobrevivência.

O comércio se intensifica na sociedade do capital a partir do desenvolvimento da produção e de sua divisão interna do trabalho. A expansão dos serviços comerciais garante a expansão do conhecimento adquirido por meio da permanente troca de objetos cada vez mais conhecidos, bem como a expansão do consumo a níveis superiores ao que o planeta pode suportar sem causar sua destruição.

A prestação de serviços surge a partir de novas necessidades sociais geradas historicamente, o atendimento se transforma em mercadoria que se vende ou que aparece na forma do atendimento público do Estado, cujo pagamento já se realizou previamente através de impostos.

A prestação de serviços por assalariamento, em suas formas precarizadas ou não (sem vínculo empregatício, diarista, pagamento por hora, contrato temporário, etc.), pressupõe um proprie-

tário, ou uma propriedade, e um empregado que executa um “serviço” vendendo sua força de trabalho.

A prestação de serviços pertence, assim, a uma nova divisão do trabalho na sociedade do capital, assalariando inclusive médicos e advogados, profissões tradicionalmente autônomas, liberais, vinculadas à acumulação de riqueza a partir da concentração de renda como fruto da atividade em clínicas e consultórios particulares.

A realidade atual demonstra que há muitos advogados dependentes do seu salário público, e algumas atividades, como a defensoria pública, que exclui a possibilidade da advocacia na forma privada e autônoma pelo mesmo profissional, passa a ser “terceirizada”, através de convênio com a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), cujos advogados recebem por atendimento – isto é, por produção.

No caso dos médicos, suas clínicas estão abarrotadas, com poucas exceções, de pacientes de “cooperativas médicas”, com o profissional também sendo pago por atendimento.

Indiscutivelmente, os valores do pagamento pela produção de um médico ou de um advogado não são idênticos aos valores do pagamento ao cortador de cana ou ao apanhador de laranja, mas o princípio do pagamento por produção é idêntico. Obriga os profissionais a intensificar o trabalho, seja no emprego da capacidade preponderantemente física, que pode levar à exaustão, como tem ocorrido aos cortadores de cana-de-açúcar nos canaviais do Estado de São Paulo, seja no emprego de capacidade preponderantemente intelectual, de modo a gerar doenças psíquicas. A pressão para “render cada vez mais”, para aumentar a renda, aliada à insegurança subjetiva da perda da oportunidade de trabalho causam desgastes emocionais diagnosticados com dificuldade pela medicina tradicional.

A prestação de serviços tornou-se indispensável à acumulação do capital.

Educação, saúde, cultura, lazer, necessidades sociais, alimentação, higiene/limpeza transformaram-se em mercadorias, gerando um mercado de trabalho assalariado que passa pelas mesmas

modificações materializadas em precarização nas relações trabalhistas, de modo a colocar à margem da proteção social milhões de trabalhadores em todo o mundo.

A partir de Mészáros (2006), entendemos que o Estado não faz parte da superestrutura, como apontado por Gramsci, mas sim da estrutura do capital, porque possui uma função comercial – é o maior ou um dos maiores compradores de material de consumo, imprescindível à sobrevivência do capital, regulamenta o comércio nacional e internacional.

O Estado incorporou a função comercial ao seu funcionamento, pois se tornou provavelmente o maior consumidor da produção industrial, desde papel, material de limpeza e de escritório, móveis, equipamentos, até produtos militares, mantendo a indústria da guerra.

Responsável pela manutenção da “ordem social”, um equilíbrio temporário entre os interesses antagônicos, tem se formatado ou apresentado características de acordo com o momento histórico. Em momentos de expansão do capital precisa assegurar simultaneamente um nível baixo de assalariamento para permitir a acumulação do capital na empresa e sua consequente competitividade, e oferecendo seus produtos com valores cada vez mais baixos, para garantir um nível de consumo pela classe trabalhadora constituída pela maioria da população.

Os baixos salários inviabilizam o consumo em larga escala, e, assim, o Estado precisa complementar a renda do trabalhador na forma de benefícios – como no Estado de Bem-Estar Social, ou *Welfare State*, que, por meio dos investimentos públicos, favorece a classe trabalhadora como grande empregador na execução das políticas sociais, permitindo o acesso aos resultados da produção da moderna sociedade de bens e serviços, e a elevação do consumo pelo pagamento dos chamados “benefícios sociais”, como complemento de sua renda.

Atualmente, o recurso público encontra-se minimizado para o atendimento da classe trabalhadora, quer o Estado seja considerado como empregador, quer como executor de políticas públicas,

para atender às necessidades básicas e sociais da população, como alimentação, vestuário, trabalho, moradia, transporte, saúde, educação, previdência e assistência social.

Encontra-se, porém, maximizado para o setor hegemônico. A atual crise global do capital tem demonstrado claramente: faltam recursos públicos para o funcionalismo, em processo de achatamento salarial permanente e de degradação nas condições materiais de trabalho, e para a execução das políticas públicas necessárias ao atendimento da população em geral.

No entanto, o setor financeiro privado tem recebido grandes investimentos públicos no mundo todo, conforme noticia a mídia.

Por outro lado, com o recebimento dos impostos – pagos por toda a sociedade, mas de forma desigual –, ainda se mantém como grande empregador, talvez o maior, na sociedade do capital, de modo a assegurar o assalariamento, mesmo em situação cada vez mais precária.

O seu produto não é o produto originário da relação do homem com a natureza, mas a prestação de serviços para o atendimento de necessidades humanas historicamente determinadas, que se tornaram mais complexas, como educação, saúde, previdência, assistência social, além das funções tradicionais de legislação, coerção e repressão.

Na sociedade do capital, a prestação estatal de serviços cumpre também, sem dúvida, a proteção ao patrimônio, à propriedade, na função de legislador e de fiscalizador das leis criadas, além da difusão da ideologia, através principalmente da educação. Suas funções coercitiva e fiscalizadora continuam.

Entretanto, o Estado incorporou mecanismos democráticos que permitem a presença de representação do interesse dos trabalhadores. As lutas dos movimentos sociais impõem mudanças na legislação do Estado, e, assim, a função fiscalizadora serve tanto para proteger a propriedade e a concentração da renda como para amparar o trabalhador com leis de proteção social, num movimento em que prevalece ainda o interesse da classe burguesa em mecanismos mais poderosos para ampliação e concentração da

renda, mas sendo obrigado a incorporar alguns limites à voracidade do capital e medidas de proteção à classe trabalhadora, na forma de políticas sociais.

O movimento sindical se encontra enfraquecido pelo desemprego estrutural descontrolado e a greve, principal instrumento reivindicatório, não funciona mais em virtude da possibilidade concreta do desemprego. Os movimentos sociais, por outro lado, apresentam novas possibilidades de lutas sociais, mesmo quando segmentadas por interesses específicos e imediatos, funcionando como elementos agregadores de pressão política.

A assistência social, enquanto política pública, é função do Estado, mas pode ser realizada em conjunto com a sociedade civil, como prevê a atual legislação. Com essa “fenda” legal é possível “reestruturar produtivamente” o Estado: diminui a prestação de serviços, “enxuga” a área executiva na assistência social, que passa a ser “terceirizada” para as entidades sociais, geralmente filantrópicas,<sup>1</sup> que por sua vez, obedecendo aos ditames do mercado de trabalho, igualmente precarizam as relações de trabalho para poder sobreviver com os mínimos recursos.

O Estado, enquanto proprietário de imóveis, de móveis e administrador do dinheiro público, comprador da força de trabalho, transfere para o chamado terceiro setor a sua função de prestador do serviço público. O setor privado passa a ser responsável ou corresponsável pelo atendimento às necessidades sociais do público.

O discurso de responsabilização da sociedade civil pela esfera pública mascara as verdadeiras relações entre o Estado e os representantes do capital, fazendo crescer uma nova divisão social, manifestada também na divisão do trabalho, criando-se o chamado “terceiro setor”.

---

1. Estamos nos referindo mais precisamente à área social, mas a mesma situação existe na saúde, na educação e na previdência social, numa forma ainda mais desumana de privatização, voltada para fins lucrativos, ou seja, sua obtenção fica diretamente vinculada ao poder aquisitivo das pessoas, como se não fossem direitos universais.

As organizações sociais não governamentais proliferam e passam a transitar na esfera da filantropia e da caridade, descaracterizando a política pública, oferecendo somente a pequenos grupos os serviços de assistência social, em franco desacordo com a política de universalização do atendimento.

As entidades sociais, sem fins lucrativos ou, ainda, beneficentes, também se tornam proprietárias de imóveis, de móveis, compram a força de trabalho de seus empregados, administram o dinheiro público que lhes chega às mãos via pulverização do recurso público ou via donativos das pessoas, inclusive das que participam das habituais promoções para arrecadar fundos a fim de sustentar suas ações. Flexibilizam as relações de trabalho, oferecem precários serviços, às vezes melhores que os prestados pelo Estado, mas para um público selecionado, não sendo atendimento universalizado como preconiza a legislação em vigor.

Outras áreas das políticas públicas, especialmente saúde e educação, são “capitalizadas”. Tornam-se também mercadorias vendidas a preço estabelecido pelo “livre comércio”, e o acesso a elas está restrito à pequena parcela da população que pode pagá-las.

O assistente social não possui o controle dos meios de realização do seu trabalho, ainda que a profissão esteja regulamentada como profissão liberal.

A condição de assalariamento do assistente social se concretiza nas entidades sociais numa esfera em que as instituições se tornam empregadoras privadas, diferindo das demais pela finalidade não lucrativa. No entanto, incorporam estratégias de gestão da esfera privada.

São complexas as relações na sociedade do capitalismo maduro. Ações públicas prestadas pelo setor privado, Estado reestruturado produtivamente, entidades sociais “enxutas”, também “reestruturadas produtivamente”.

As assistentes sociais participantes da nossa pesquisa são prestadoras de serviços públicos na esfera privada. Trabalham em organizações não governamentais, entidades sociais beneficentes,



cumprindo uma função pública, a de execução da assistência social. São instituições privadas, porém sem fins lucrativos.

A precarização do trabalho das assistentes sociais ocorre duplamente: primeiro, pelo assalariamento sem estabilidade, quando poderia ser emprego público, com estabilidade, se o serviço fosse prestado pelo Estado; segundo, pela remuneração sem a proteção social prevista pela Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), como férias, 13º salário e fundo de garantia. Ainda que existam vínculos empregatícios na forma da CLT, identificamos a tendência da precarização nessas relações.

O profissional convive cotidianamente com usuários dos seus serviços, dirigentes de instituições, públicas ou privadas, outros profissionais e com integrantes dos mecanismos de democracia participativa, como os conselhos.

E é nesse inter-relacionamento que é possível estabelecer a práxis profissional, uma relação entre as escolhas éticas e teórico-metodológicas com a operacionalização propriamente dita, diferenciando a postura do assistente social no sentido da emancipação e fortalecimento dos usuários das políticas sociais, distanciando-se do viés clientelista, da política do favor, da benemerência.

O estudo e o aperfeiçoamento contínuo, o compromisso com o projeto ético-político da profissão, são condições fundamentais para o desenvolvimento de um trabalho competente e ético na gestão e na execução das políticas sociais.

Com todas as dificuldades encontradas pelas assistentes sociais que participaram da pesquisa, muitas têm conquistado espaços de reflexão, de participação em grupos de estudo, e realização de cursos. Isto pode permitir uma ação diferenciada, em especial, nos conselhos do município, que se constituem em espaços privilegiados na gestão das políticas sociais.

Várias profissionais oferecem espaço para a realização de estágios, contribuindo para a formação de futuros assistentes sociais. Simultaneamente, a presença de estudantes no ambiente de trabalho provoca questionamentos a ações realizadas cotidiana e repetidamente, e ainda eles se fazem portadores de informações atualizadas

do conteúdo profissional, em todos os seus aspectos: teórico-metodológico, ético-político e técnico-operacional.

Essa situação também contribui positivamente para uma reflexão constante da ação profissional.

A realidade apresenta possibilidades, mesmo repleta de contradições. Compete ao profissional a escolha da sua postura diante da realidade sócio-histórica, com o direcionamento de suas ações no sentido de conservar o *statu quo* vigente, ou no sentido da sua transformação.

Se a totalidade da realidade social possui vetores negativos, ou seja, aspectos negativos, de não reprodução das relações entre os diferentes complexos, é imperioso um olhar acurado para a leitura dela, tanto para desvendar a pseudoconcreticidade da aparência como para identificar a negatividade, os vetores negativos da própria realidade, para que possam ser apropriados e potencializados com a ação consciente, num processo de permanente ação-reflexão, para objetivar a práxis social e a práxis profissional, atendendo a finalidades de transformação da realidade vivenciada.

Os vetores negativos se manifestam em diferentes graus de visibilidade. Movimentos sociais de organização nacional possuem ação mais visível de negatividade da realidade, como o Movimento dos Trabalhadores sem Terra (MST), mas outras situações não menos perceptíveis, como a indignação e a resistência a injustiças singulares, mais localizadas, também são representativas da universalidade.

Colocar-se favorável às lutas de resistência às injustiças sociais mais amplas, ou mais localizadas, significa potencializar a negatividade de uma realidade dada, cuja transformação total só poderá ocorrer quando houver condições objetivas para tanto, mas que não prescinde dos momentos anteriores de fortalecimento das condições subjetivas que contribuem para a formação das condições objetivas.

Entretantes, essa postura crítico-reflexiva, propositiva e reforçadora dos vetores negativos que constroem novos valores e novas relações sociais não é tarefa óbvia, nem simples.

Depende da capacidade de leitura da realidade, de aportes teórico-metodológicos existentes na formação básica do profissional, da sua formação continuada ao longo da sua trajetória profissional e da postura ético-política.

No caso das assistentes sociais nas entidades sociais em Bebedouro, detectamos também uma influência do psicologismo, com práticas oriundas da área terapêutica.

A Resolução CFESS nº 569, de 25/5/2010, regulamenta a proibição de práticas terapêuticas por assistentes sociais.<sup>2</sup>

Há que se considerar, entretanto, que o curso de Terapia Familiar, tanto na forma de especialização como na forma de extensão foi o único oferecido no município por instituições de outras cidades,<sup>3</sup> facilitando o acesso das profissionais, justamente numa área – família – em que se concentram suas ações, porém com o viés da individualização psicologizante e não da abordagem centrada na sociabilidade do trabalho, nem da questão social. Além do mais, a abordagem individual pode causar sentimento de impotência e frustração, pois, com a pequena carga horária em diferentes locais de trabalho e a consequente sobrecarga de tarefas, dificilmente a profissional poderá proporcionar o atendimento individualizado com a qualidade que deseja, desprezando outras formas de abordagem que poderiam trazer melhores resultados à sua ação profissional e dentro do projeto ético-político.

O contexto vivenciado pelas profissionais em Bebedouro, e provavelmente em muitos outros municípios, independentemente de seu porte, de salários baixos, longa jornada fracionada em mais de um local de trabalho, relações trabalhistas com vínculo empregatício não formalizado, precárias condições físico-institucionais

---

2. Quando da elaboração deste trabalho, o CFESS havia emitido um parecer claro contra as práticas terapêuticas por assistentes sociais pela falta de conteúdos na formação profissional básica e por estar em desacordo com o projeto ético-político da profissão.

3. Segundo a informação verbal das profissionais nos contatos realizados durante a pesquisa.

de trabalho, a luta pela subsistência e por condições éticas e técnicas de trabalho pode assumir preponderância em vários momentos, dificultando a postura crítico-reflexiva.

Se as condições objetivas de trabalho são constituintes dos elementos dificultadores, não se apresentaram como condições fatalmente impeditivas de rompimento com a repetitividade e a trivialidade do cotidiano profissional, pois várias buscam espaços de reflexão, seja através de formação continuada, seja no oferecimento de estágio supervisionado, seja na sua inserção em conselhos, o que em nosso entendimento podem se transformar em vetores negativos da realidade, dependendo da postura do profissional quando diante delas.

As entidades sociais se movem dentro da filantropia, mas direcionadas pela Política Nacional de Assistência Social, obrigadas a realizar ao menos pequenas mudanças em suas ações, como contratação de assistentes sociais, elaboração de projetos que de fato sejam executados, e outras adequações à legislação.

O momento não é de euforia pelo espaço de trabalho conquistado, mas também não é de descrença. É, sim, de se capacitar para identificar os limites pessoais, os institucionais, mas também os vetores negativos da realidade, as possibilidades de negação da realidade vivida, para serem apropriados e potencializados. Igualmente, as possibilidades pessoais e institucionais necessitam ser identificadas, apropriadas e potencializadas.

Nosso estudo apontou para a mobilidade e articulação das profissionais entre si, com profissionais de outras áreas e com os dirigentes das instituições em que trabalham.

Se as assistentes sociais escolherem a alternativa de referenciar sua postura e suas ações no projeto ético-político da profissão podem se apropriar do espaço conquistado para identificar quem são seus parceiros de ideais, e então realizar uma verdadeira articulação e organização de ações que fortaleçam os princípios de igualdade, justiça social e liberdade, e também melhorar as próprias condições objetivas de trabalho.

O projeto societário atualmente hegemônico no Serviço Social de construção de uma nova sociedade não totaliza as tendências. No âmago da categoria profissional se apresentam diferentes tendências e projetos societários que precisam conviver em liberdade democrática, mas com diálogos e debates construtivos para permitir o enriquecimento da profissão.

Nesse sentido, a universidade se constitui em espaço privilegiado propiciador de encontros para a formação profissional permanente, de divulgação dos princípios ético-políticos, de diálogo entre as diferentes tendências e de construção do conhecimento a partir da realidade social e profissional.

O pluralismo de ideias é saudável, mas não pode ser confundido com o ecletismo que esvazia o sentido político das discussões.

Para os profissionais que se pautam pelas diretrizes e objetivos do projeto ético-político da profissão, é imprescindível:

- a) postura crítico-investigativa: a trivialidade precisa ser desconstruída, destituída de sua pseudoconcreticidade para identificar as mediações e os vetores negativos da realidade investigada;
- b) compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população, aliado à publicização de informações aos usuários e democratização nos processos decisórios em todos os níveis da ação profissional;
- c) atualização permanente do conhecimento da profissão e do âmbito específico da atuação, seja no contato com o ambiente acadêmico, seja na participação em eventos, seja na leitura constante dos materiais publicados;
- d) proposição de alternativas de ação quando no enfrentamento das refrações da questão social, dos limites institucionais e profissionais;
- e) coletivização das lutas através da articulação da categoria e com todos os grupos formais e informais de outras profissões e da população próximos à sua atuação.

Nosso estudo identificou inúmeras limitações da ação profissional, mas também possibilidades para a superação da cotidianidade, para a vivência da reflexão que propicia uma ação propositiva.

As determinações das difíceis condições de trabalho, da insegurança nas relações trabalhistas, precariedade nas condições técnicas e éticas de trabalho estão presentes, mas as assistentes sociais identificaram avanços conquistados que indicam a luta cotidiana para melhorar o próprio trabalho.

A legislação atual do Serviço Social é importante instrumento de luta, ainda que as profissionais tenham dificuldades para efetivá-la.

O assistente social não tem a missão de construir um novo mundo, novas relações societárias, mas, como parte da sociedade e como profissional, detém possibilidades em suas mãos que podem ser utilizadas na conservação da sociedade como está ou na construção de uma sociedade justa e digna. Não pode mudar o mundo, mas pode mudar sua postura perante o mundo.

A intervenção do assistente social ocorre nas mediações de segunda ordem do capital, assumindo também uma característica socioeducativa e transmissora de valores que pode ser de manutenção ou de transformação da sociedade, dependendo de sua postura perante o mundo.

A complexidade da realidade social é muito grande e não se pode deixar de ver a negatividade contida nela mesma, e, mais especificamente, no processo de trabalho do assistente social e de outras profissões, em especial as que atuam na área social.

O grande desafio para o Serviço Social é identificar a negatividade da ordem social vigente. É fundamental desenvolver a nossa capacidade para identificar esses vetores negativos em cada situação e lutar para potencializá-los, de modo a colocar nosso conhecimento a serviço da humanidade, da justiça social às classes subalternas.

O desabrochar intelectual do Serviço Social iniciado nos anos 1960 teve grande desenvolvimento nos anos 1980, com a produção

do conhecimento em bases teórico-críticas, que tem prosseguido intensamente nas últimas décadas.

A característica interventiva do Serviço Social é rica em possibilidades de investigação e de (re)elaboração teórico-prática, ou seja, de sua práxis, que muda a realidade e a si mesmo enquanto profissão, acumulando conhecimento, mas também a esperança e a certeza de que a ação comprometida com o projeto ético-político tem uma contribuição efetiva na construção de uma sociedade justa e igualitária.

Crença esta, sem ingenuidade, romantismo ou messianismo, mas solidificada em sua trajetória histórica, que soube superar muitos limites – avançou e ainda há muito para avançar. Sabe pelo próprio conhecimento e experiência que há muito para caminhar e conquistar.

A posição fatalista – de que nada adianta fazer, porque tudo vai continuar igual – desconsidera o processo histórico-dialético da sociedade e da profissão; é mais cômoda, pois não exige luta nem enfrentamento, mas também não existem ganhos nem avanços.

A mudança qualitativa para melhor no trabalho do assistente social é inegável, sobretudo nos últimos trinta anos, e, exatamente por isso, não se pode desistir de prosseguir na luta a que se propôs o Serviço Social enquanto profissão.

Sem incorrer numa visão messiânica e individualista, a postura profissional a que nos referimos deve necessariamente estar voltada para o coletivo. A articulação com todas as pessoas e grupos, formais e informais, que possuem projetos societários semelhantes ao vigente no Serviço Social constitui estratégia imprescindível para a superação das dificuldades enfrentadas cotidianamente.

O momento histórico vivenciado na contemporaneidade mostra uma crise generalizada do sistema capitalista, o homem se vê confrontado com os limites impostos pela própria natureza, pelo mundo degradado que não é descartável como tantos produtos feitos pelas mãos humanas, impondo limites à produção e ao consumo se quiser continuar vivendo sobre o planeta Terra.

Entendemos que, para resolver o dilema de colocar limites à produção e ao consumo e preservar o planeta, a alternativa é a construção de novas relações sociais que não tenham mais como centro o capital, com sua capacidade de destruição, e sim que sejam centradas no ser social.

Isto nos impõe a tarefa de pensar também o papel da universidade para a formação profissional básica na graduação e para a formação continuada dos profissionais em Serviço Social que estão na ponta da execução das políticas sociais, com a exigência de responder à imediaticidade das situações vivenciadas. É preciso pensar em estratégias para atingir os profissionais nos municípios mais distantes dos centros de produção acadêmica, para ocupar espaços da profissão, levando uma proposta de formação continuada de qualidade dentro dos princípios do projeto ético-político da nossa categoria profissional.

O processo investigativo da profissão, no qual procuramos inserir nossa contribuição, deve prosseguir por todos aqueles que têm a alma inquieta e conseguem não se petrificar diante das manifestações da barbárie contemporânea, mantendo viva a indignação diante da corrupção e da iniquidade, primeira condição para a práxis revolucionária.

Simultaneamente, compete-nos continuar no processo de intervenção e de formação profissional dentro das diretrizes atualmente hegemônicas na profissão.

A tarefa educativa pertence a todos os que estejam interessados na construção de uma sociedade justa e digna para todos.

Consideramos finalmente, com as palavras de Mézaros (2005, p.76), que

A nossa época de crise estrutural global do capital é também uma época histórica de transição de uma ordem social existente para outra, qualitativamente diferente. Essas são as duas características fundamentais que definem o espaço histórico e social dentro do qual os grandes desafios para romper a lógica do capital, e ao mesmo tempo também para elaborar planos estratégicos para uma



educação que vá além do capital, devem se juntar. Portanto, a nossa tarefa educacional é, simultaneamente, a tarefa de uma transformação social, ampla e emancipadora. Nenhuma das duas pode ser posta à frente da outra. Elas são inseparáveis.